



Vozes e reflexões docentes sobre educação inclusiva

Teacher voices and reflections education

João Max Conceição de Oliveira¹

Jaciete Barbosa dos Santos²

Resumo: Este estudo objetiva analisar os aspectos críticos da implementação da educação inclusiva na rede pública, com base nas reflexões e percepções dos docentes, considerados agentes centrais do processo. A investigação, qualitativa e do tipo estudo de caso, foi realizada em escolas estaduais de Salvador (BA). O referencial teórico apoia-se no princípio da educação inclusiva, que defende a escola como um espaço de acolhimento igualitário. As narrativas dos professores, que compõem os dados empíricos, revelam que, embora a inclusão seja reconhecida como um direito humano fundamental, sua efetivação esbarra em tensões e desafios urgentes que exigem mudanças profundas na estrutura educacional. Os resultados também apontam a existência de práticas assertivas, as quais devem ser mantidas e potencializadas.

Palavras-chave: Educação Inclusiva. Percepções docentes. Inclusão.

Abstract: This study aims to analyze the critical aspects of implementing inclusive education in public schools, based on the reflections and perceptions of teachers, who are considered key agents in the process. The qualitative case study was conducted in state schools in Salvador (BA). The theoretical framework is based on the principle of inclusive education, which defends the school as a space of equal acceptance. The teachers' narratives, which make up the empirical data, reveal that although inclusion is recognized as a fundamental human right, its implementation faces urgent tensions and challenges that require profound changes in the educational structure. The results also point to the existence of assertive practices, which should be maintained and enhanced.

Keywords: Inclusive Education. Teacher Perceptions. Inclusion.

1. Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB), Grupo de Pesquisa sobre Inclusão e Sociedade. E-mail: maxtempestatum@gmail.com. [ORCID](#)

2. Doutora em Educação e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação e Contemporaneidade da Universidade do Estado da Bahia (PPGEduC/UNEB), Grupo de Pesquisa sobre Inclusão e Sociedade. E-mail: jbsantos@uneb.br. [ORCID](#)

Submissão: 15 mar. 2026 ⇌ Aceite: 20 mai. 2026

Introdução

Este artigo analisa a implementação da educação inclusiva nas escolas públicas estaduais, com foco em Salvador. A educação inclusiva pressupõe que a escola deve ser um espaço acolhedor, onde todos os estudantes tenham oportunidades iguais, independentemente de suas diferenças. Contudo, a realidade nas instituições de ensino muitas vezes evidencia uma discrepância entre as políticas inclusivas e sua aplicação prática, tornando o tema relevante.

O objetivo central do estudo é apresentar as reflexões dos docentes sobre os desafios e avanços da inclusão escolar, destacando suas percepções como elementos essenciais para entender o contexto educacional. Através de narrativas coletadas em uma pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, a análise identifica as tensões e os pontos críticos na implementação de práticas inclusivas, bem como as experiências positivas que devem ser valorizadas e ampliadas.

Intitulada “Inclusão Escolar na Educação Básica: Análise das Tensões na Escola Pública Estadual em Salvador”, a pesquisa abrange duas escolas selecionadas com base na presença ou ausência de Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), permitindo a análise das divergências nas práticas inclusivas. Para a coleta de dados, foram utilizados métodos como entrevistas semiestruturadas e observações. A questão central da pesquisa é: como analisar os avanços e desafios no processo de inclusão escolar para pessoas com deficiência, considerando sua articulação com o Atendimento Educacional Especializado (AEE) nas escolas públicas estaduais de Salvador?

O problema da pesquisa surge das contradições e tensões no processo de inclusão escolar na rede pública de Salvador, em consonância com as políticas inclusivas vigentes. O estudo oferece uma análise crítica da inclusão na educação básica da cidade, ressaltando os pontos de convergência e divergência entre teoria e prática. A *Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva* — PNEEPEI (Brasil, 2008)³ e as *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (Bahia, 2017) servem como referências, reconhecendo a presença de pessoas com deficiência, neurodivergentes e com altas habilidades como fundamentais ao ambiente escolar. Compreender as vozes dos docentes e as dinâmicas escolares é determinante para propor intervenções que promovam uma educação efetivamente inclusiva, respeitando os direitos de todos os estudantes e promovendo mudanças significativas no ambiente escolar.

3. A referida política foi reafirmada pelo atual Governo Lula, em novembro de 2023. Informações disponíveis em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/novembro/governo-federal-reforca-politica-de-educacao-inclusiva>.

Desenvolvimento

A análise da inclusão escolar fundamenta-se em dois importantes documentos: a PNEEPEI (2008) e as *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (2017). Apesar dos avanços significativos que essas políticas representam, sua implementação enfrenta desafios diversos, como a insuficiência de recursos e a carência de formação especializada para educadores. A formação adequada é crucial para que os professores organizem suas metodologias de ensino de acordo com as necessidades dos estudantes. Além disso, a resistência cultural e institucional à mudança constitui um obstáculo relevante, uma vez que a inclusão requer não apenas adequações físicas, mas também uma transformação de mentalidade na comunidade escolar. A participação ativa da comunidade é fundamental para viabilizar a inclusão proposta pelos documentos oficiais. A falta de engajamento e a compreensão inadequada dos papéis e responsabilidades comprometem frequentemente a implementação das políticas.

A perspectiva emancipatória das políticas de inclusão visa não apenas garantir a presença física dos estudantes com deficiência, mas também transformar práticas pedagógicas e relações sociais. Isso implica desenvolver abordagens que atendam às necessidades individuais dos estudantes e promovam a diversidade como um valor positivo. A implementação de mudanças efetivas no ambiente escolar demanda um processo contínuo de avaliação e adequação das políticas, com a participação ativa de diferentes agentes educacionais e sociais.

A análise crítica dos documentos PNEEPEI (2008) e *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (2017) revela tensões e desafios no ambiente educacional brasileiro. A transição de um modelo excludente para um inclusivo requer transformações estruturais e culturais nas instituições de ensino. O reconhecimento das diferenças individuais é essencial, mas, apesar dos esforços, padrões homogêneos ainda predominam, dificultando a inclusão. Persistem práticas discriminatórias e a acessibilidade, tanto física quanto curricular, continua a ser um obstáculo. A formação de educadores é decisiva, pois a falta de preparo específico compromete as metodologias inclusivas. A implementação de políticas públicas demanda financiamento adequado e articulação entre saúde, assistência social e educação. O documento PNEEPEI (2008, p. 5) afirma que “o movimento mundial pela inclusão é uma ação política, cultural, social e pedagógica, desencadeada em defesa do direito de todos os alunos de estarem juntos”, enfatizando a importância de um compromisso colaborativo para assegurar a participação plena dos estudantes na vida escolar e social.

A reflexão sobre as políticas públicas de inclusão escolar é vital para compreender controvérsias e buscar soluções para a inclusão plena de indivíduos com deficiência. A revisão da legislação educacional, combinada à Teoria Crítica da

Sociedade, fornece bases teóricas para questionar o aparente e aprofundar-se na realidade dos fenômenos sociais. O processo de inclusão escolar enfrenta desafios significativos, exigindo um debate contínuo sobre ações que reforcem a legislação, como a PNEEPEI (2008), e promovam mudanças atitudinais nas escolas. Autores como Adorno (1995) e Crochík (2013) destacam a necessidade de diálogo e iniciativas voltadas para a transformação das estruturas educacionais.

Eventos internacionais, como a *Convenção dos Direitos da Criança* (ONU, 1990) e a *Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais* (ONU, 1994), sublinham a importância do acesso universal à educação. A *Declaração de Salamanca* (1994) afirma que a educação deve se adaptar às necessidades das crianças, em vez de exigir que elas se ajustem a padrões predefinidos. A PNEEPEI (2008), estabelece um marco para a educação inclusiva no Brasil, fundamentando-se nos direitos humanos e garantindo acesso e atendimento especializado. As *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (2017) oferecem orientações operacionais e propostas pedagógicas que agregam a Educação Especial a diferentes modalidades de ensino. É fundamental monitorar a implementação dessas diretrizes para assegurar educação de qualidade.

A análise crítica das dinâmicas de inclusão e exclusão deve considerar as relações sociais de forma abrangente, e a Teoria Crítica da Sociedade oferece uma perspectiva valiosa. A pesquisa busca instigar reflexões críticas sobre a inclusão escolar, promovendo ações que confrontem preconceitos e garantam uma educação inclusiva mais efetiva. Santos e Ogasawara (2021, p. 75) ressaltam que essa luta exige compromisso contínuo com uma formação cultural que respeite a diversidade. O objeto de pesquisa, a inclusão escolar de pessoas com deficiência, gera intensos debates na sociedade atual. Embora o sistema de ensino tenha incorporado o discurso da inclusão, persistem entraves à efetivação, especialmente em relação à legislação sobre direitos humanos. Instituições de educação especial, antes segregadoras, devem se adaptar a um paradigma de educação igualitária que valorize a diversidade. Crochík (2013, p. 21) argumenta que “a educação inclusiva, e mais do que ela o conceito de sociedade inclusiva, propõe a convivência entre todos os homens e todas as minorias para que a humanidade possa se formar por meio dessas diferenças, sem negar a necessária universalidade”.

A escola inclusiva emerge como um espaço propício para relações humanas enriquecedoras, mas o preconceito ainda gera barreiras ao acesso e permanência de estudantes com deficiência. Adorno (2005, p. 16) aponta que a semiformação alimenta atitudes discriminatórias, dificultando o reconhecimento da diversidade. A pesquisa investiga a importância da educação inclusiva como forma de combater preconceitos e promover ambientes acolhedores. A metodologia adotada é qualitativa, com estudo de caso em duas escolas da rede estadual de Salvador, envolvendo

gestores, professores, pais, estudantes (com e sem deficiência) e funcionários. A análise utilizará triangulação de dados, com sete categorias de análise organizadas em três eixos, considerando entrevistas e o referencial da Teoria Crítica da Sociedade e a legislação das políticas de Educação Inclusiva no Brasil e na Bahia.

Resultados e discussão: vozes sobre educação inclusiva

Os resultados preliminares da pesquisa refletem as percepções de quatro docentes de uma escola com SRM, focando na educação inclusiva. Essas vozes são essenciais para a formação humana e para a vivência dos estudantes. As categorias de análise surgem de entrevistas e questionários, com o objetivo de investigar o problema da pesquisa e suas conjecturas. As respostas fundamentam reflexões empíricas, considerando aproximações, repetições e distanciamentos.

A primeira categoria analisa a influência da formação inicial e continuada de professores e gestores na implementação da inclusão escolar, além da relação entre essa formação e a prática docente em salas de aula e recursos multifuncionais. A segunda investiga as percepções de gestores, professores, pais e estudantes sobre a inclusão, identificando atitudes de apoio, resistência, preconceito e indiferença em relação a estudantes com deficiência. A terceira categoria avalia a aplicação das políticas de educação inclusiva, no âmbito nacional, a saber a PNEEPEI (2008) e local, as *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia* (2017), examinando a eficácia do AEE e das SRM.

A quarta categoria investiga o impacto da presença de estudantes com deficiência na dinâmica escolar, incluindo aspectos curriculares e relações sociais, além de comparar a organização e eficácia da inclusão em escolas com e sem SRM. A quinta explora o papel da comunidade escolar na promoção da inclusão, analisando a participação de gestores, professores, pais e estudantes em ações inclusivas. A sexta identifica os desafios enfrentados pelas escolas na implementação da inclusão e investiga os avanços nas políticas e práticas inclusivas. Por fim, a sétima categoria avalia o impacto da pandemia de COVID-19 na inclusão escolar, as estratégias adotadas nesse período e o uso de tecnologias educacionais para apoiar estudantes com deficiência.

Os eixos de análise se concentram em aproximações, repetições e distanciamentos. As aproximações revelam convergências nas práticas inclusivas e destacam iniciativas bem-sucedidas. As repetições identificam temas recorrentes, como os desafios enfrentados pelos professores e as percepções sobre a formação em Educação Inclusiva. Os distanciamentos comparam práticas divergentes entre escolas com e sem SRM, evidenciando lacunas na implementação de políticas inclusivas e áreas de resistência à inclusão escolar.

O artigo intenta explicitar aspectos críticos percebidos pelos professores, considerados fundamentais na estrutura educacional, especialmente na implementação de processos inclusivos. As entrevistas com professoras de Língua Portuguesa PLP (2024), Geografia PG (2024) e duas atuantes em SRM — PSR 1(2024) e PSR 2 (2024) — fornecem uma visão abrangente sobre a educação inclusiva no contexto escolar. Os depoimentos revelam desafios, práticas e perspectivas que se entrelaçam na busca por um ambiente educacional mais inclusivo.

A formação acadêmica das professoras é um ponto determinante. A docente de Língua Portuguesa, com sólida formação em Letras e especializações em Educação Especial, reconhece que a formação inicial frequentemente não capacita adequadamente os professores para a diversidade em sala de aula. A necessidade de formação continuada emerge como constante entre as entrevistadas, evidenciando que o aprendizado autônomo e a atualização contínua são essenciais para a implementação de práticas inclusivas.

“A formação em educação especial é essencial para todos os professores. Deveria ser incluída como disciplina obrigatória na graduação e como especialização obrigatória para que os professores possam lidar de maneira mais eficaz com os estudantes com deficiência. Isso ajudaria a minimizar as dificuldades enfrentadas pelos professores e a promover uma inclusão mais efetiva” (PLP, 2024).

As reações iniciais dos docentes variam: enquanto PLP (2024) menciona a hesitação em adaptar práticas pedagógicas, criando um ambiente de insegurança, PG (2024) observa um clima acolhedor, onde a aceitação entre estudantes com e sem deficiência melhora. A resistência percebida está geralmente ligada à falta de preparo, não a desinteresse. O apoio institucional é essencial, com PG (2024) e PSR 1 (2024) destacando a importância das orientações para planos de aula inclusivos e PSR 2 (2024) enfatizando a interação entre os estudantes. As relações sociais são influenciadas pela inclusão, mas a abordagem do professor é decisiva; PLP (2024) nota um ambiente mais acolhedor quando a inclusão é valorizada, enquanto PSR 1 (2024) observa que alguns estudantes ainda ficam à margem. Apesar do reconhecimento das políticas inclusivas, PLP (2024) e PSR 1 (2024) criticam sua efetividade, sugerindo que a implementação é superficial, enquanto PSR 2 (2024) aponta melhorias, mas ressalta a necessidade de abordar a aceitação.

“É necessário se aproximar das escolas e implementar ações práticas. Muitas vezes, o que está no papel não se reflete na prática. Além disso, precisamos de mais recursos, tanto financeiros quanto humanos, para atender adequadamente os estudantes. Muitas vezes, a falta de cuidadores impede que estudantes com necessidades especiais frequentem a escola ou recebam o suporte adequado” (PSR 1, 2024).

Os desafios identificados incluem a resistência à adequação das práticas pedagógicas e a falta de compreensão das necessidades dos estudantes com deficiência. PSR 1 (2024) destaca a resistência de algumas famílias em aceitar a deficiência, um obstáculo para a inclusão escolar. A formação contínua dos educadores é uma demanda recorrente, evidenciando a necessidade de capacitação em relação às especificidades da inclusão.

As expectativas das professoras são moderadas, mas esperançosas. PLP (2024) vê a transição para o ensino superior como um desafio para estudantes com deficiência, enquanto PG (2024) e PSR 1 (2024) mantêm uma visão otimista, acreditando que, com apoio adequado, esses estudantes podem alcançar seus objetivos educacionais. A SRM e o AEE são considerados recursos fundamentais, sendo sua inserção no cotidiano escolar fundamental para a inclusão efetiva, com a colaboração entre professores e especialistas como um fator decisivo para o sucesso.

As experiências individuais das professoras demonstram um compromisso com a inclusão. PSR 2 (2024), por exemplo, revela sua dedicação ao trabalho com estudantes que enfrentam desafios devido à falta de aceitação familiar. Essa empatia e dedicação são centrais nas práticas pedagógicas, visando não apenas a presença, mas a plena participação dos estudantes com deficiência.

“Eu preciso colocar meu planejamento, não só o conteúdo que vou dar para os estudantes regulares, mas também para aqueles que não vão conseguir acompanhar no mesmo ritmo. Então, se as questões eram 16 para aqueles que já fazem tudo, eu vou colocar as mesmas questões, mas mudando o conteúdo. Não posso mudar o conteúdo que deve estar inserido, então coloco duas questões, mas de uma maneira diferente. Em vez de usar as atividades iguais, eu mudo para outras, mas sempre no meu planejamento está a inclusão. Tudo o que os outros fazem, os estudantes com deficiência também fazem juntos (PSR 2, 2024)”.

As entrevistas realizadas oferecem um panorama complexo da educação inclusiva. Apesar dos avanços reconhecidos, os desafios persistem, exigindo atenção contínua, formação adequada e apoio mútuo entre educadores. A construção de uma cultura inclusiva depende do esforço coletivo de todos os envolvidos, da gestão escolar à comunidade. O compromisso das professoras em criar um ambiente acolhedor e respeitoso é fundamental para garantir acesso à educação de qualidade.

A análise preliminar das narrativas à luz da PNEEPEI (2008) e das *Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado Bahia* (2017) revela desafios significativos na implementação da inclusão. A formação acadêmica das professoras é um ponto crítico, como exemplificado por PLP (2024), cuja experiência em Letras e Educação Especial evidencia lacunas na formação inicial. Essa necessidade de formação con-

tínua alinha-se à crítica de Adorno (1995), que considera a educação um instrumento de emancipação, devendo ser acessível e adaptável às necessidades sociais para produzir uma “consciência verdadeira”.

As reações dos educadores variam entre hesitação e acolhimento; PLP (2024) menciona insegurança, enquanto PG (2024) observa um aumento na aceitação entre estudantes. Essa dicotomia reflete a Teoria Crítica de Adorno, que destaca a importância das relações sociais na formação da subjetividade. A resistência à mudança resulta da falta de preparação, reforçando a necessidade de suporte institucional eficaz, como ressaltado por PG (2024) e PSR 1(2024). Sem esse apoio, as diretrizes tornam-se meras formalidades.

As críticas à efetividade das políticas públicas, levantadas por PLP (2024) e PSR 1 (2024), revelam um descompasso entre preconização e realidade escolar. Numa perspectiva da Teoria Crítica pode-se argumentar que essa superficialidade reflete contradições sociais mais amplas, onde a inclusão é um conceito abstrato, sem transformação real na prática. Há uma necessidade urgente de recursos adequados e de políticas que sejam efetivamente implementadas e adaptadas às realidades locais.

As narrativas evidenciam o papel transformador das relações sociais na escola. A abordagem do professor é crucial para promover um ambiente acolhedor; PSR 2 (2024) enfatiza a importância de adequar o planejamento para incluir todos os estudantes, refletindo o ideal de educação emancipatória defendido por Adorno. Embora as professoras demonstrem um compromisso genuíno com a inclusão, destaca-se a necessidade de transformação estrutural nas práticas educativas e nas políticas públicas. A construção de uma cultura inclusiva requer formação contínua e mudança nas relações sociais nas escolas, assegurando que a educação inclusiva seja uma realidade vivida, permitindo a emancipação de todos os estudantes.

Considerações finais

O artigo analisou a implementação da educação inclusiva nas escolas públicas da rede estadual em Salvador, destacando a perspectiva dos docentes sobre os desafios e avanços nesse processo. A pesquisa revelou que, apesar das políticas inclusivas e dos direitos assegurados pela legislação, a prática educativa enfrenta barreiras que comprometem a efetivação da inclusão. A investigação qualitativa preliminar das experiências dos educadores destacou a importância de suas percepções e sentimentos na compreensão da dinâmica da inclusão escolar. Os depoimentos indicaram que a falta de formação continuada e a resistência cultural são obstáculos frequentes, muitas vezes resultantes da insegurança dos professores em lidar com a diversidade.

Embora existam iniciativas positivas, a realidade das escolas frequentemente mostra um distanciamento entre teoria e prática. Os docentes enfatizaram a necessidade de uma formação mais robusta em educação inclusiva, que os capacite a adequar suas metodologias e criar um ambiente acolhedor para todos os estudantes. Reafirmou-se a importância da SRM e do AEE.

Portanto, é fundamental que as políticas públicas sejam efetivamente implementadas, com a participação ativa da comunidade escolar. Transformar o ambiente escolar em um espaço inclusivo exige uma mudança de mentalidade que valorize a diversidade e um comprometimento coletivo em prol da inclusão.

A pesquisa possibilita um entendimento mais profundo das tensões e desafios no processo de inclusão escolar em Salvador, fornecendo subsídios para aprimorar as práticas educativas e promover o direito à educação de qualidade para todos os estudantes. É necessário seguir promovendo diálogos críticos e ações concretas que assegurem a inclusão plena e a emancipação dos indivíduos com deficiência nas escolas públicas estaduais.

Referências

ADORNO, Theodor Wiesengrund. Teoria da Semicultura. *In*: ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Primeira Versão**. Editor: Nilson Santos. Porto Velho: Edufro, 2005. 19 p. Disponível em: http://www.primeiraversao.unir.br/atigos_pdf/191_.pdf. Acesso em 15 de julho de 2024.

ADORNO, Theodor Wiesengrund. **Educação e emancipação**. Tradução: Wolfgang Leo Maar. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. 190 p.

BAHIA. **Diretrizes da Educação Inclusiva no Estado da Bahia**. Salvador, BA: Secretaria da Educação, 2017. 148 p. Disponível em: <http://escolas.educacao.ba.gov.br/educacaoespecial1>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

BRASIL. **Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990**. Promulga a Convenção sobre os Direitos da Criança. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d99710.htm. Acesso em: 18 julho de 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Declaração de Salamanca e Linha de Ação sobre Necessidades Educativas Especiais**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 1994. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2024.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008. 19 p. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>. Acesso em 20 de setembro de 2024.

CROCHÍK, José Leon *et al.* **Inclusão e discriminação na educação escolar**. Campinas, SP: Editora Alínea, 2013. 168 p.

SANTOS, Jaciete Barbosa dos; OGASAWARA, Jenifer Satie Vaz. Educação inclusiva na contemporaneidade à luz da Teoria Crítica da Sociedade. **Revista Lusófona de Estudos Culturais**, Vol. 8, nº2, 2021. p. 63-78. Disponível em: <https://rlec.pt/index.php/rlec/article/view/3528/3769>.